



Rede
Recovery
Brasil



NOTA DE REPÚDIO AO DESMONTE DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL DO SUS

Contra a privatização do SUS, o desmonte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a extinção dos CAPS e a volta ao modelo manicomial.

Contra a gestão antidemocrática e o aparelhamento corporativo do Ministério da Saúde.

Contra as violações de direitos tortura, discriminação e exclusão social tradicionalmente realizadas no modelo asilar/manicomial.

Contra a transformação da saúde em objeto de lucro de corporações profissionais, empresariais e industriais.

A favor de uma gestão na saúde participativa, democrática, ética, competente, e focada do bem estar da população brasileira.

A favor do modelo humanizado de atenção psicossocial preconizado na Política Nacional de Saúde Mental e contra a “nova política” proposta pela coordenação de saúde mental do MS a partir de 2017.

Em plena pandemia do novo corona vírus, que aumenta a carga de adoecimento na área da saúde mental, o Ministério da Saúde (MS) instalado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), sem participação de atores sociais imprescindíveis do campo da saúde mental, com base em um único documento emitido pela Associação Brasileira de Psiquiatria - ABP (Diretrizes para atenção integral em saúde mental no Brasil 2020, da ABP), instituiu um Grupo de Trabalho com finalidade de “rever a atual Política de Saúde Mental e a RAPS”. O objetivo é “rever e revogar uma série de portarias que integram a atual política” atingindo Política, Rede e Financiamento. A palavra “rever”, como vemos, é mera formalidade, pois já afirma que o objetivo é revogar.

O citado GT quer extinguir Consultórios de rua, Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento, porque “é serviço social”, Quer extinguir os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) substituindo-os por ambulatórios de psiquiatria e unidades de emergências psiquiátrica. E quer revogar o Programa de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica no SUS, que vem conseguindo, ao longo dos anos, diminuir as internações em saúde mental em todo o país.



Rede
Recovery
Brasil



A ABP luta, há longo tempo, pela destruição do modelo de saúde mental e atenção psicossocial do SUS. Este modelo é reconhecido internacionalmente no campo técnico-científico por sua concepção moderna, com visão de trabalho multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial e é comprovadamente mais eficaz, mais efetivo e infinitamente mais econômico para os cofres públicos. Entretanto, este modelo desagradava corporações que estavam acostumadas a atuar com a precípua finalidade de lucro, o que era extremamente facilitado no modelo anterior, que canalizava bastante dinheiro público para pagamento de internações hospitalares, compras de equipamentos e insumos para aplicações de eletrochoques, financiamento de equipamentos asilares tais como comunidades terapêuticas e tratamentos centrados somente em medicalização.

Este modelo hospitalocêntrico, medicocêntrico e privatista favorece grupos empresariais hospitalares, negócios focados na comercialização de remédios e bancadas parlamentares ligados a comunidades terapêuticas, além de colocar a ABP no controle corporativo e administrativo da saúde mental, excluindo a diversidade de saberes e fazeres que compõe o campo técnico-científico da Saúde Mental. Ou seja, há questões financeiras e de poder político, envolvidas tanto no desmonte da Política de Saúde Mental do SUS, com vistas à sua privatização, quanto nesta apropriação do MS por corporações profissionais e empresariais.

As propostas dos atuais ocupantes do MS, conforme definidas no GT, constituem um atentado contra a Democracia, desrespeitando os Artigos 196 a 201 da Constituição Federal de 1988, as Leis 8.080/1990, 8.142/1990 e 10.216/2001. Além disso, ferem todos os princípios da ciência moderna, que mostram evidências inequívocas de que o modelo de recuperação psicossocial seguido hoje no mundo desenvolvido, com suporte da OMS, é mais eficaz (obtem melhores resultados clínicos), mais efetivo (atinge realmente os problemas a serem tratados) e mais eficiente (custam menos aos cofres públicos e às pessoas diretamente envolvidas e suas famílias).

Por estes e outros motivos, profissionais de saúde, inclusive médicos psiquiatras, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, fonoaudiólogos, entre outros, usuários dos serviços de saúde mental públicos e privados, seus familiares, pesquisadores de universidades públicas e privadas, entidades representativas do campo da saúde mental e outros atores interessados da sociedade têm assinado diversos manifestos, como esta nota, EM REPÚDIO as propostas deste GT criado pela atual administração do MS e demandam sua IMEDIATA EXTINÇÃO, bem como a imediata parada do processo de desmonte do SUS e particularmente da Política Nacional de Saúde Mental e da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS.

O que precisamos, para o bem do país, é a instauração de um GT de natureza ampla, com participação de diversos setores do campo da saúde mental, inclusive do Controle Social, com fins de restaurar Portarias que



Rede
Recovery
Brasil



tenham sido criadas com os mesmos fins no período de 2016 em diante, quando se exacerbaram os ataques à Política Nacional de Saúde Mental E À RAPS, com a tentativa de implementar uma “nova política de saúde mental”.

Saúde mental é uma dimensão do ser humano e uma área da saúde pública e não um campo restrito a negócios visando lucros de corporações empresariais, profissionais e de quaisquer outros grupos de interesse. Todos os profissionais de saúde, e não apenas uma categoria, são importantes neste campo e particularmente neste momento em que os esforços conjugados de toda a Sociedade devem se harmonizar em busca de soluções para lidar com os atuais problemas que ameaçam o bem estar físico, mental e social das populações. É inaceitável que o Estado deixe de cumprir sua função de promover e proteger o bem estar de todos em prol do oportunismo de alguns.

Florianópolis, dezembro de 2020

Grupo de Pesquisas em Políticas de Saúde / Saúde Mental, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Núcleo de Humanização, Arte e Saúde – Nuhas/UFSC
Rede Recovery Brasil